



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

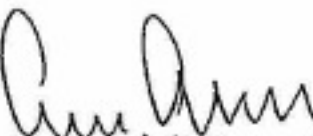
Redação Final ao Projeto Lei nº 489/2013 (Autoria do Deputado Paranhos)

Declara de Utilidade Pública a Casa Redentor, com sede no Município de Curitiba e foro central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

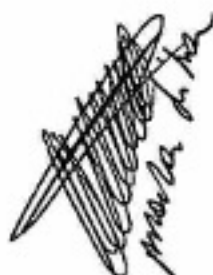
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Casa Redentor, com sede no Município de Curitiba e foro central da Comarca da região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator


Maria da Penha


Flávio Augusto


Ney Leiva



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 564/2013
(Autoria do Deputado Reinhold Stephanes Junior)

Inserção dos Jogos Amcespar no Calendário Oficial de
Eventos do Estado do Paraná.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná os Jogos Amcespar (da Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Paraná) a serem realizados anualmente, no mês de outubro, no Município de Irati.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2014.

Marcos J. de A.

Alexandre Curi
Presidente

Relator
Pastor Eusebio

Eliodoro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

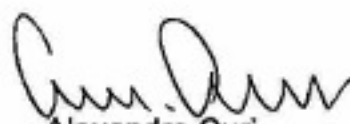
Redação Final ao Projeto Lei nº 354/2014
(Autoria do Deputado Gilson de Souza)

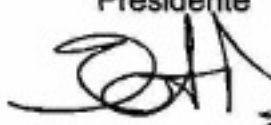
Concessão de Título de Utilidade Pública ao Instituto de Atendimento e Pesquisa em Equoterapia e Responsabilidade Social, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Atendimento e Pesquisa em Equoterapia e Responsabilidade Social, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

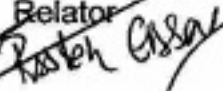
Sala das Comissões, 13 de outubro de 2014.



Alexandre Curi
Presidente


Relator


Gilson de Souza


Ney Jansen


Rostek Cassar


Bruno Lins

PROJETO DE LEI 404/14

Súmula: Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná a alienar os imóveis que especifica.

**A Assembleia Legislativa do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR a alienar, mediante licitação, os bens imóveis de sua propriedade localizados no Município de Pato Branco, com Matrículas registradas sob nºs 7.880, 7.881, 7.882, 7.883 e 7.884, do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, conforme abaixo:

LOCALIZAÇÃO	MATRÍCULA	QUADRA	LOTE	ÁREA DO LOTE (m²)	ÁREA EDIFICADA (m²)
Rua Itapuã	7.880	83	5	756,00	527,62
Rua Itapuã	7.881	83	6	756,00	
Rua Itapuã	7.882	83	7	791,70	
Rua Manoel Ribas	7.883	83	8	672,00	
Rua Manoel Ribas	7.884	83	9	739,20	

Art. 2º As providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis são de responsabilidade do adquirente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



TÉRMO DE INSERIBILIDADE

Ref:
Pósto de Mecanização de Pato Branco
Localização - Rua Manoel Ribas, esquina com Itapua
Registro de Imóveis matrículas nº 7880, 7881, 7882, 7883 e 7884 - 1º Ofício de Pato Branco/Pr.

RELATÓRIO

Atendendo à solicitação da Comissão de Alienação de imóveis nomeada, pela Resolução 016/2014, os técnicos da GERU, GOPL E GINF, promoveram pesquisa entre os Gerentes e Técnicos da área de Engenharia Rural, e constataram que devido ao encerramento das atividades de mecanização naquela localidade desde o ano de 2003, o imóvel já não apresenta mais serventia para as funções a que se destinavam, estando portanto disponibilizado para outros usos ou alienação.

O referido imóvel edificado para cumprir as funções de oficina de mecanização, está localizado em área hoje residencial, não comportando mais o grande fluxo de caminhões e máquinas pesadas, e que devido ao novo sentido do fluxo do tráfego, ser extremamente difícil acessar ao local devido a íngreme subida pavimentada com asfalto.

Portanto fica configurada a inseribilidade para a finalidade a qual foi edificado e para as demais atividades da CODAPAR, podendo ser disponibilizado para a venda.

Descrição do imóvel

- A área de terra com benfeitorias, que a Codapar possui no Município de Pato Branco, sita à Rua Itapua esquina com Manoel Ribas, s/n, composta pelos lotes nº 05, 06, 07, 08 e 09 da quadra nº 83, com área total de 3.714,20 m², registrados no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco - Pr, sob as matrículas 7880, 7881, 7882, 7883 e 7884, localizados na área urbana denominada de Bairro Pinheiros, tendo nestes edificados: 01 Barracão em alvenaria, com área de 527,62m².
- Externamente paredes de alvenaria com pé direito de 5,00m, rebocadas e calçadas, pintadas a latex, tendo em suas aberturas esquadrias metálicas basculantes, pintadas em esmalte sintético. Calçadas em concreto rugoso. Cobertura em chapas onduladas de fibrocimento amm, com beirais em telha va.

Confere com o original
SEB/CTL, em 16.08.2014
Ass.

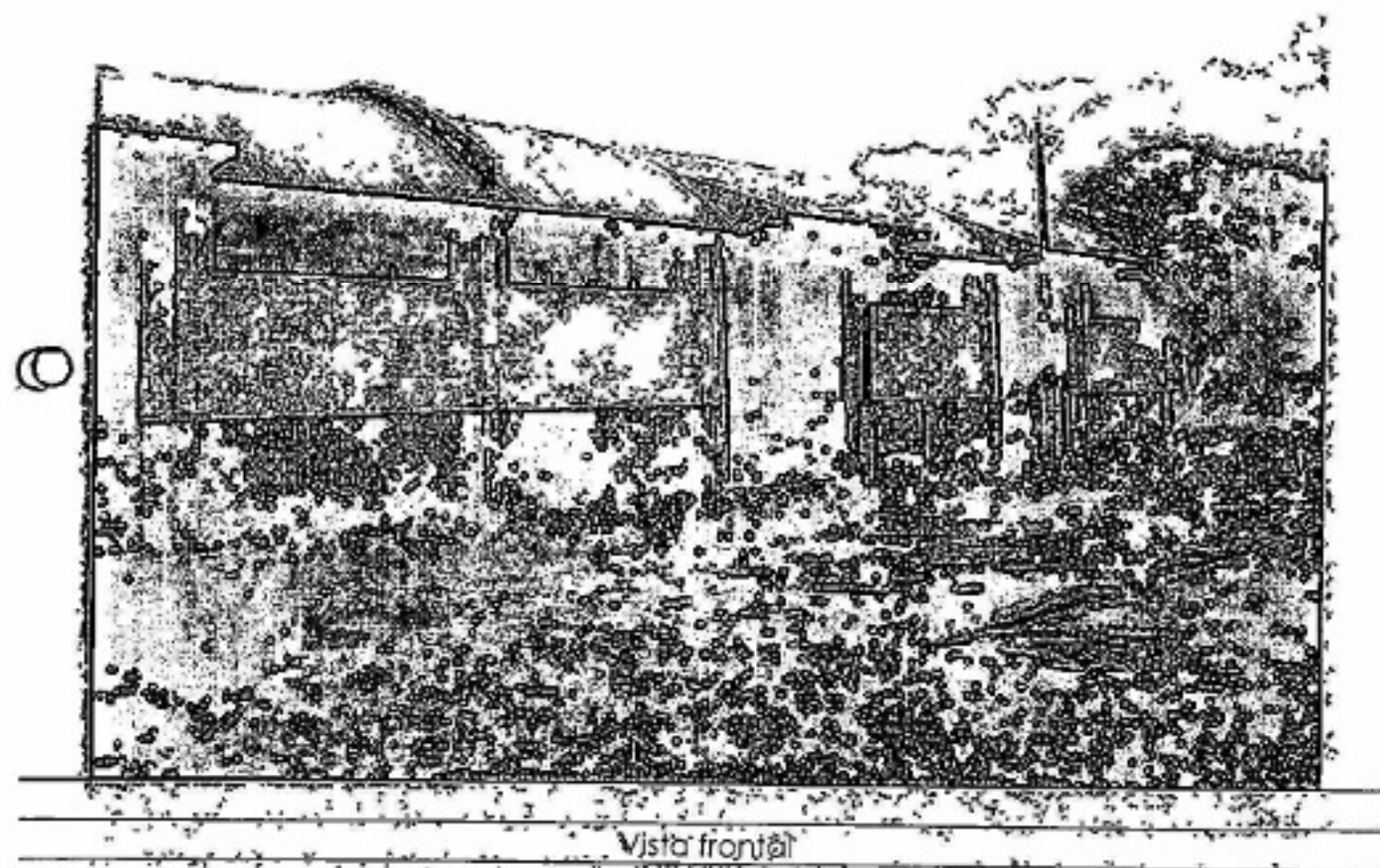




As bordas tem acabamento em rufos/cálhas de captação pluvial, pintadas em esmalte sintético.

- Internamente, paredes em alvenaria com pé-direito de 5,00m, rebocadas e calfinadas. Nas áreas úmidas das instalações sanitárias, azulejos até o teto e na cozinha, azulejos até 1,50m.
- Portas internas em madeira lisa, chapeadas, pintadas em esmalte sintético. Externamente portas metálicas de enrolar, pintadas em esmalte sintético.

Seguem fotos dos estado de conservação em que se encontra a edificação e detalhes construtivos:

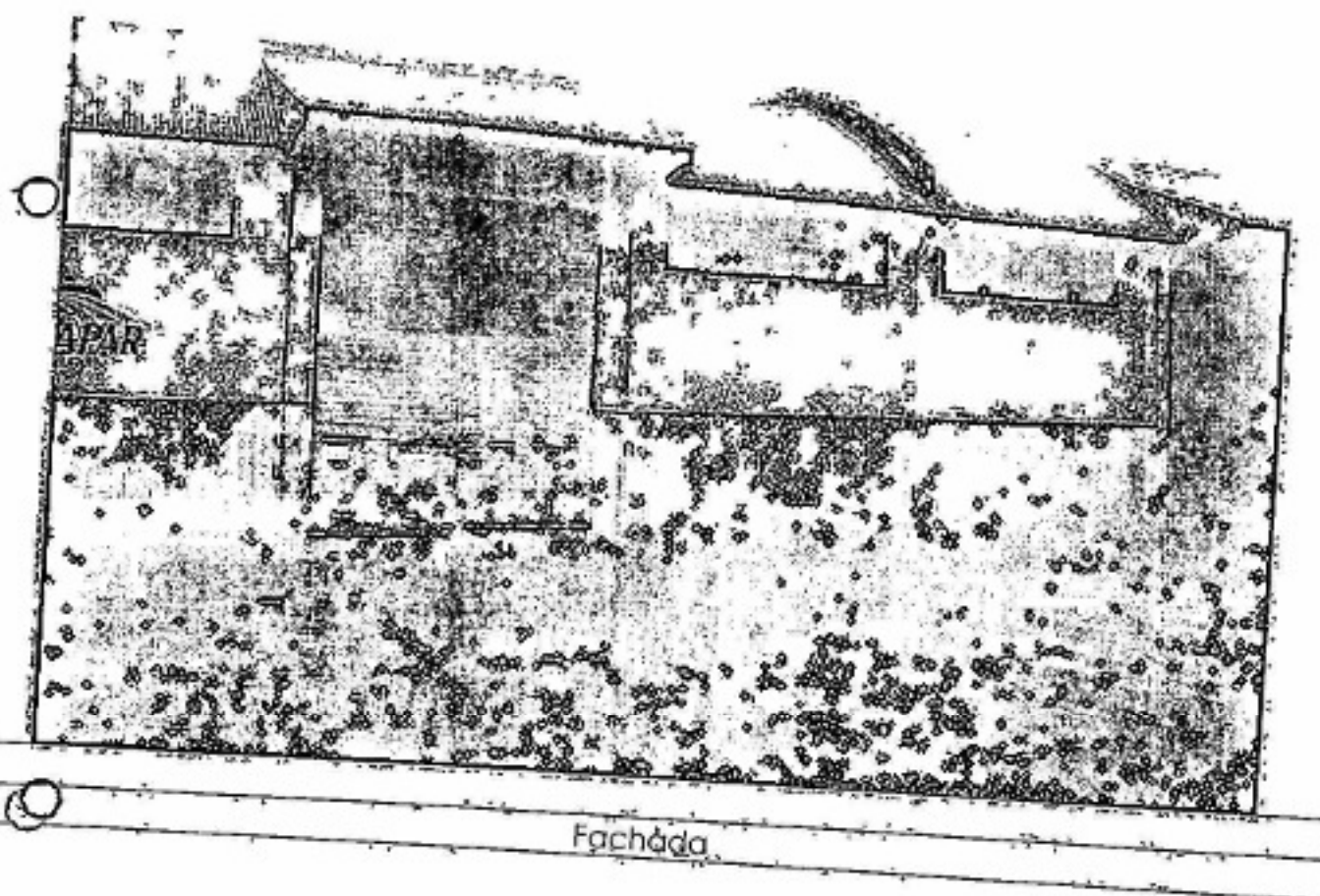


Vista frontal

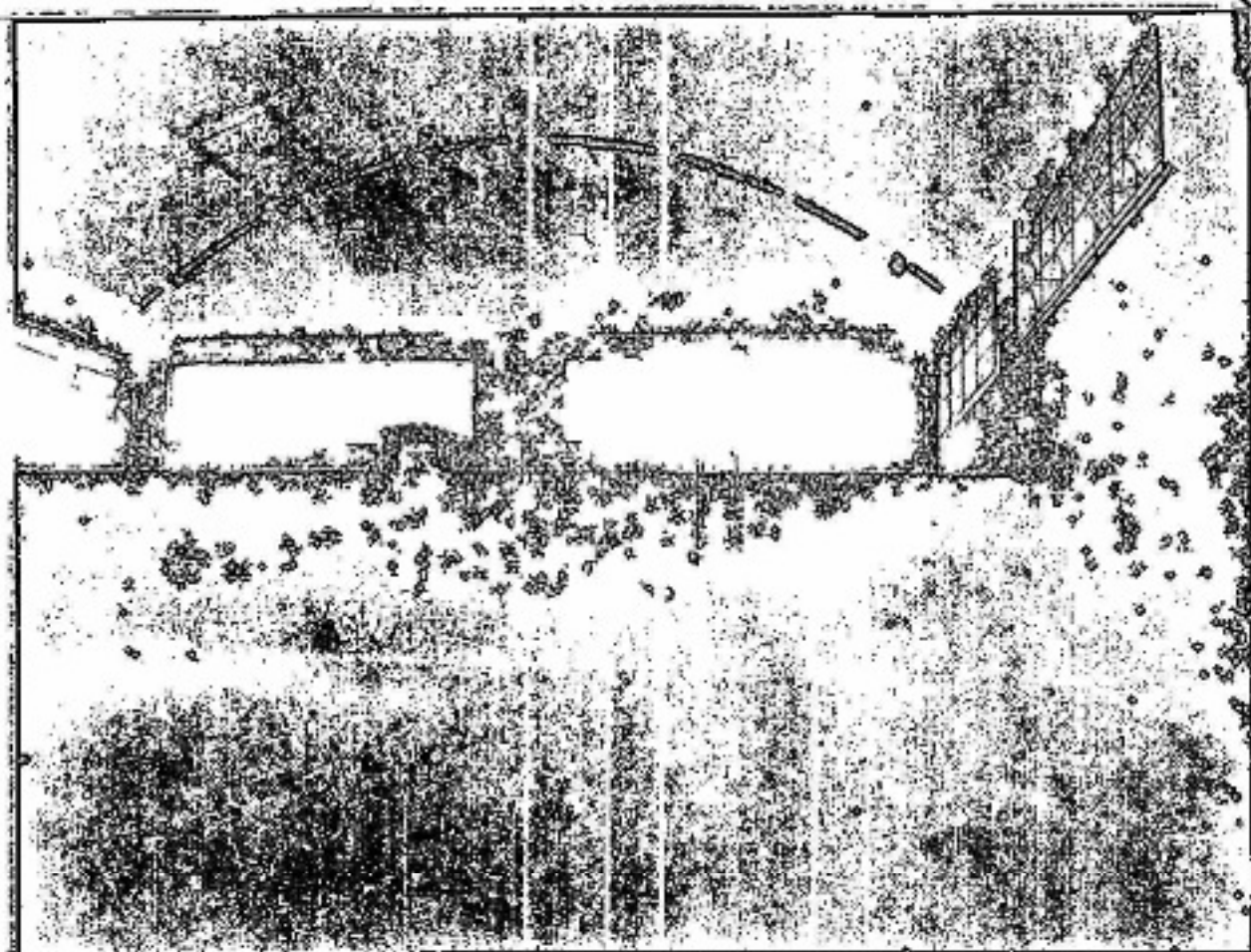
Confere com o original
SEB/CTL, em 20.08.14

Ass. _____

Handwritten signatures and initials.

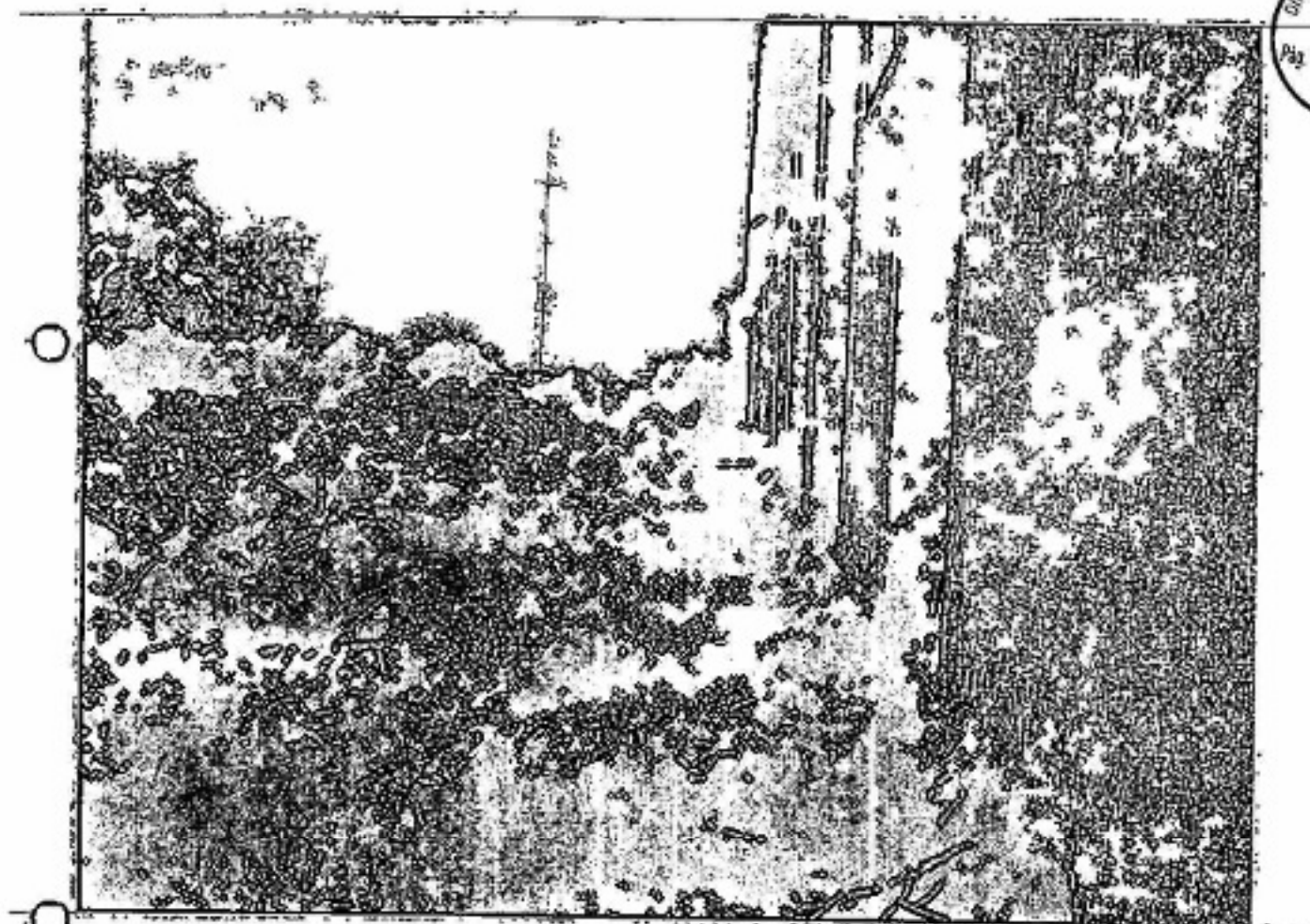


Confere com o original
SIC/CTL 26/08/14
Ass.



amazém

Confere com o original
S.E.G./CTI 2608/14
Ass.



Acesso lateral

Confere com o original
SEGETL, em 26.08.14
Ass. _____




Curitiba, 30 de janeiro de 2013


Carlos Czarnecki
Gerente de Operações Logísticas - GOPL


Otávio Carlos Mattana
Téc. Civil - CREA PR 1955-TD


Débora Grimm
Gerente de Engenharia Rural

Confere com o original
EIG/CTL em 26/01/14
Ass. 



ANEXO V

ATAS DE AUTORIZAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA VENDA DO IMÓVEL (116^a. e 140^a.)

Confere com o original
SECRETARIA 26/06/14
Ass.



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ-CODAPAR

CNPJ - N.º 76.494.459/0001-50
CAPITAL AUTORIZADO - R\$ 75.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO - R\$ 70.207.903,98
CAPITAL INTEGRALIZADO - R\$ 70.207.903,98

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Às 09:00 (nove horas) do dia 29 de janeiro do ano de mil e quatro, na sede da Companhia de Desenvolvimento Agropecuario do Paraná - CODAPAR, na Rua Máximo João Köpp, nº 274, Santa Cândida, em Curitiba - PR, realizou-se a Centésima Décima Sexta Reunião do Conselho de Administração com a presença dos seguintes Conselheiros: NEWTON POLH RIBAS (secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento interno), NEY AMILTON CALDAS FERREIRA; WALTER H. YOKOYAMA; JORGE ARGEMIRO DIAS, MARIANO DE MATOS MACEDO (representado pelo Diretor Administrativo - senhor JÚLIO CÉZAR SALOMÃO), LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES (representado pelo Diretor Administrativo e Financeiro senhor ALLAN JONES DOS SANTOS), SABINO BRASIL NUNES DE CAMPOS (representado pelo Diretor Técnico ROBSON JOSÉ CURTY), e ainda como convidados, respectivamente os senhores Diretores de Administração e Finanças e Técnico Operacional. SIDNEY POLH RIBAS convidou a mim, Ney Amilton Caldas Ferreira, para secretariar os trabalhos, a fim de deliberarem sobre os assuntos constantes da Pauta do Dia: 1. Resolução nº 031/2003 de 01/07/2003 - convalidação do ato da Diretoria Executiva que instituiu Comissão de avaliação e declaração de inservibilidade de equipamentos obsoletos e sucatas existentes na Unidade Operacional de Campo Mourão, que sejam de interesse de venda da companhia, avaliados os bens e considerados inservíveis, conforme termo específico, e com base no preço de mercado, foram vendidos pelo melhor preço ofertado R\$ 4.000,00. Após os devidos esclarecimentos feitos, os senhores conselheiros presentes, por unanimidade, aprovaram referida venda, 2. Resolução nº 005/2003 de 07/03/2003 - convalidação do ato da Diretoria Executiva que instituiu Comissão de avaliação e declaração de inservibilidade de equipamentos obsoletos e sucatas existentes na unidade Operacional de Cruzeiro do Oeste e Terra Roxa, que sejam de interesse de venda da companhia, avaliados os equipamentos e considerados inservíveis conforme termo específico, e com base no preço de mercado, foram vendidos pelo melhor preço ofertado, ou seja R\$ 1.850,00, os conselheiros por unanimidade convalidaram referido ato da Diretoria, 3. Alienação de imóveis e equipamentos inservíveis - 3.1 - unidade armazenadora de Parahavai II, localizado na Rua Lopes Trovão, s/nº, loteamento Jardim São Jorge, matrículas nº 1.292, 1.293 e 1.294, 3.2 - unidade armazenadora de São João do Caluá, localizado na rua Antônio Moraes de Barros, nº 583, matrícula nº 6.006, 3.3 - unidade armazenadora de Pato Branco, localizado na avenida Tupy, nº 6.600, bairro São Cristóvão, matrícula nº 1.266, 3.4 - unidade armazenadora de Ivaiporã, sito na rua Maranhão, nº 4.550, matrícula nº 30.968, 3.5 - unidade armazenadora de Cascavel, situado na avenida Tancredo Neves, nº 2.400, matrícula nº 18.662, 3.6 - unidade armazenadora de Bocaiuva do Sul, lote de terreno sob número 2 (dois), da quadra número 2 (dois), do loteamento Jardim Paulista, situado no quadro urbano, matrícula nº 1.399, 3.7 - unidade Armazenadora de Cubatão (município de Guaratuba), localizado na margem da estrada do Cubatão com estrada da Brejaúva, matrícula nº 44.673, 3.8 - unidade de beneficiamento de mel de Ortigueira, matrícula nº 1.859, localizada na avenida Paraná, s/nº, 3.9 - unidade armazenadora de Jaguaraiwa matrícula nº 3.798, localizada na Rodovia RR 151, KM 226, s/nº, bairro Matarazzo, 3.10 - unidade Armazenadora de Caetano Mendes, matrícula nº 2.285, localizado na parte do lote nº 22-H, da gleba Cerradinho no Distrito de Alto do Amparo, município e comarca de Tibagi-PR, 3.11 - equipamentos da Unidade Armazenadora de Contenda. Venda de balança reboviária Perfecta, 60 toneladas, modelo 1.069 R 24, patrimônio 3982, máquina de pré-limpeza Sertil, PL S 15, 15 toneladas hora, patrimônio 4228, tolha pulmão metálica SEMIL, patrimônio 4230, correia transportadora sup FT1, SEMIL, 37,00 m, bôn tripier, patrimônio 4231, seletor para cereais SEMIL, 15 toneladas hora, modelo S15, patrimônio 4223, formilha a lenha para seletor SEMIL, elevador de canecas E1, SEMIL, modelo ELS 30, elevador de canecas E2, SEMIL, modelo ELS 30, elevador de canecas E3, SEMIL, modelo ELS 30, quadral

SECRETARIA DA AGRICULTURA
E DO ABASTECIMENTO

CG/CTL, nº 26.08.14
Ass. _____



de contendo para esgotamento de meios elétricos dos equipamentos. 3.12 - unidade de mecanização de Pão
Branco, matrículas nº 7.880, 7.881, 7.882, 7.883 e 7.884, situado na rua Ildefonso, esquina com a rua Manoel
Ribas. 3.13 - unidade Armazenadora da União da Vitória, matrícula nº 5.444, situado na rua Presidente João Café
Filho. 3.14 - unidade Armazenadora de Rio Branco de Sul, beneficiária sobre o terreno doado pelo Município de Rio
Branco do sul em 05 de novembro de 1984, através da Lei nº 253/84, localizada na Vila Dom Pedro II, bairro de
Madre. 3.15 - posto de Pescados de Ipanema, prédio em alvenaria, matrícula 8.218, localizada na rua Piratininga
s/nº, bairro de Ipanema. 3.16 - casas de Cambé, 05 (cinco) casas residenciais em alvenaria,
localizadas na Rua Noroeste, nº 448, em Cambé-PR, matrícula nº 7.041 do Registro de Imóveis da Comarca de
Cambé. Após os devidos esclarecimentos e fixado estabelecido de que o resultado das vendas dos imóveis e
equipamentos (pelo melhor preço) será aplicado nas atividades firm da Companhia e dentro do procedimento legal
pertinente, os senhores Conselheiros aprovaram por unanimidade as alienações dos referidos imóveis acima
destacados. 4. Outros Assuntos de Interesse: 4.1 - Mudança de sede Social: Por se tratar de assunto que
requer alteração estatutária, especificamente, a do Artigo 2º - Capítulo I, o senhor Diretor Presidente da
CODAPAR, após as devidas justificativas, solicitou a autorização para a mudança de Sede Social, atualmente
estabelecida na rua Máximo João Kopp, 274, Bairro Santa Cândida, para instalar-se em prédio próprio, localizado na
Rua Silva Jardim nº 303, Centro, em Curitiba - Capital do Estado do Paraná. Esta solicitação foi autorizada por
unanimidade dos senhores Conselheiros presentes, com a ressalva de que a Diretoria Executiva tome as
providências necessárias, na convocação de Assembleia Geral específica a esse fim. 4.2 - Dívida Ativa da União é
CADIM. O senhor Presidente da Codapar informou aos senhores Conselheiros, que a Companhia, através do
Escritório Terceirizado Oliveira & Silveira Advogados Associados, ingressou com uma Ação Ordinária, com pedido
de Tutela Antecipada, contra a União Federal, referente a cobrança de um débito, criado de forma unilateral e sem
qualquer medida administrativa que viesse a oportunizar o cancelamento de forma unilateral e sem
emitindo-se guias DARF-RGFN, no valor de R\$ 2.198.379,09, que segundo DENAC - DEPARTAMENTO NACIONAL
DO CAFÉ seriam supostamente devidos pela CODAPAR desde outubro de 1991, a título de pagamento de aluguéis
de parte de um armazém situado na localidade de Arapongas-PR, e de outro armazém localizado em Londrina-PR,
ambos firmados pela União COPASA com o extinto Instituto Brasileiro do Café. Tanto a COPASA na época como a
sua sucessora CODAPAR, dentro de suas responsabilidades efetuaram todos os pagamentos efetivamente devidos
e pactuados, nada devendo ao Órgão Federal, a que título for, e a medida extrema tomada por essa entidade
federal de se exigir por um suposto crédito, surge de forma totalmente unilateral. A Codapar obtém junto à Vara
da Justiça Federal deferimento de seu pedido para o fim de determinar que a União se abstenha de proceder à
inscrição de seu nome ao CADIM, até decisão final do presente feito, porquanto, no ato se refere a suspensão da
inscrição em dívida ativa, está sendo reiterado seu pedido, uma vez que sem o tranqueamento de cobrança possível
sem êxito negativo, impossibilitará a empresa participar de procedimentos licitatórios na prestação de serviços com
entidades públicas, como especificamente com o DNER, SUPERHSA, riscos de perder a concessão da EADI-
CASCAVEL, de receber recursos do Tesouro do Estado e de ver cancelada a sua participação junto ao REFIN. 4.3
- Compensação de INSS pela IDORT. Assunto este exposto pelo Diretor de Administração e Finanças, fazendo um
breve relato relativo às compensações de contribuições sociais ao INSS, devedoras da interpretação da medida
provisória 063/89, convertida na Lei 7787/89. Pela inconsistência legal dos procedimentos de compensações
orientados pelo IDORT (firma contratada pela CODAPAR em procedimento regular de dispensa de licitação) e que
até a presente data não surtiu efeito desejado na concessão da CNID. Neste sentido a CODAPAR, através de diversas
frentes de trabalho para a resolução desse problema, com ações pertinentes para a reparação dos danos causados,
e que interpostas pela Procuradoria Geral do Estado, como também, encaminhamento ao Tribunal de Contas do
Estado do Paraná, a 2ª Instância de Contas Externa de Copar, levantando-se pelo Auditor Interno da
CODAPAR, senhor Augusto de Souza - CRC 039720/0-5, no qual sugeriu nesse voto de Congratulação pelo
seu Relatório referido a respeito do assunto em questão, bem e qual não seria possível levantá-lo com a exatidão
toda a documentação que deverá ser matéria documental para instruir ação judicial competente. As
conclusões, serão as mesmas destacadas acima no item 4.2, uma vez que a questão INSS somente se

Confere com original
Ass.



regularizará com o pagamento das compensações indevidas, inclusive com multas e juros. Estes dois últimos itens (multas e juros) são suscetíveis de glózo pelo Tribunal de Contas e responsabilização do ordenador da despesa que mandar pagá-los. Porém, neste caso (multas e juros) passam a fazer parte indispensável do valor principal. Portanto, não poderá prevalecer o critério de glóza. Após os devidos esclarecimentos, os senhores Conselheiros aprovaram as medidas que foram a seção ultimada pela Diretoria Executiva da CODAPAR, com também, de estarem solidários ao voto de congratulação solicitado.

4.4 - Termo de Confissão e Composição de Dívida. Os senhores Conselheiros, após tomarem conhecimento do Termo em questão e todas as informações provenientes da execução dos serviços prestados e acordados entre a CELEPAR e a CODAPAR, através do Contrato de Prestação de Serviços nº 075.0.074, firmado em 29/02/2000, não quitação da dívida, tendo em vista tratar-se de instrumento contratual dependente (de acordo com o Estatuto Social da Companhia), da autorização prévia do Conselho de Administração (processo nº 125, de 02/05/2003), por unanimidade os senhores Conselheiros, autorizaram o procedimento em questão, no entanto, desde que se fizesse um extrato de contas com crédito da CODAPAR junto a CELEPAR, pelo ressarcimento da disposição de nosso funcionário Namar Soares, daquela Companhia.

4.5 - Comodato com a Faculdade Integrada Espirita. A Diretoria Executiva da CODAPAR, submete a aprovação dos senhores Conselheiros, solicitação do Professor Celso Melchior Ulysses, Diretor Geral da Faculdade Integrada "Espirita" (Ofício nº 58/2003, de 22/09/2003 dirigido ao senhor Governador do Estado do Paraná), para que a CODAPAR, através de Contrato de Comodato, ceda àquela Instituição, o Entrepósito de Pescadores de Ponta do Paraná, para implantação de um Centro superior de Ciência do Mar e Biologia Marinha "Sagres II", instalando, inclusive, uma oficina completa de carpintaria para manutenção de barcos de pesca. Por se tratar de terreno pertencente a União Federal e a Faculdade detém a Confissão dessa área situada em frente ao canal da draga, no município de Ponta do Paraná (processo nº 110.980.005.744/04-88, RFP nº 77.45.0000597/25), e tendo em vista esse empreendimento vir a beneficiar a comunidade de pescadores da região, os senhores Conselheiros, por unanimidade, autorizaram a Codapar firmar com a Faculdade termo específico de cessão das benfeitorias existentes naquele terreno da União.

4.6 - Protocolo Integrado nº 5.783.463. O senhor Presidente da Codapar, em atenção ao presente protocolo, informou aos senhores Conselheiros que o Governo do Estado do Paraná, através da SEAB e CODAPAR, elaboraram e encaminharam a alta apreciação do Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, uma proposta de Projeto para viabilizar Terminais de Transbordo e Gerenciamento de Sistema, a serem implantados em Cascavel, Guarapuava, Ponta Grossa e Paranaguá, integrados ao sistema de carga "On Line" da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, que darão apoio ao pólo de tráfego existente em Paranaguá, o qual conta com capacidade atual somente para 1000 caminhões. Aduzindo, ainda, que nos períodos de escoamento de maior saída agrícola, compreendendo nos meses de fevereiro e março, as frotas de caminhões nos acostamentos das rodovias chegam a atingir a distância de 160 km, ou seja, um volume de 135.000 toneladas armazenados em 5.000 veículos, em trânsito ao Porto de Paranaguá. Em síntese, com essa logística, estava contemplado todo o fluxo de cargas da faixa Oeste até o Porto de Paranaguá. Informou, ainda, que de caráter oficial, havidas (Ofício GS/064/03, de 09/09/2003 do Secretário da SEAB e Ofício nº 0649, de 03/12/2003, do Presidente da CONAB), aquela CONAB, colocou-se a disposição para participar como parceira no Projeto, podendo vir a ser utilizada a estrutura do Complexo Armazeneiro de Ponta Grossa, permanecendo a administração a cargo da CONAB.

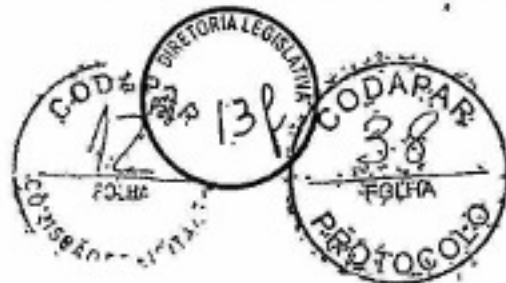
4.7 - Doação de refrigeradores a FUNDAÇÃO CODAPAR. Através do Ofício nº 20/2003, de 20/08/03, o senhor Presidente da FUNDAÇÃO CODAPAR, solicita a doação de dois refrigeradores sendo o primeiro, de marca Produtorio R-26, 250 litros, patrimônio nº 4962, encontrado desde janeiro de 2002 com a mesma Fundação, inclusive já passou por diversos consertos e o segundo, marca Consul, luxo, patrimônio nº 9178, encontrado no setor de arquivos da CODAPAR, tida-se, ambos sem utilidade para a Companhia e que poderão ser muito benéficos às funcionários, quando vierem a ser utilizados nas instalações da Colônia de Férias da Fundação. Após os devidos esclarecimentos, os senhores Conselheiros aprovaram a doação dos dois refrigeradores a FUNDAÇÃO CODAPAR, consequentemente, dando-se baixa desses bens no ativo imobilizado da CODAPAR.

4.8 - Baixa de equipamentos. O senhor Presidente da Companhia, informou aos senhores Conselheiros que em data de 04/01/2004 a Unidade Operacional de Manutenção de Reparação

Confere com o original


Ass. _____

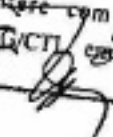
Ass. _____

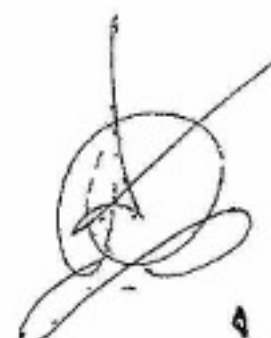
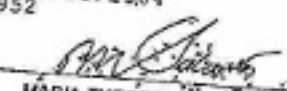


attributione sendo fundados as seguintes bens: a) Computador MK-500-CAMPU-APP, com impressora HP-510, Monitor, Mouse, teclado; b) Aparelho de Fax (CE); c) Faleiro de cheques do Banco Itaú; d) Ferramentas diversas; e) Armazenamento de caminhões com o estacionamento de 04 (quatro) locais. Esta ocorrência foi registrada em 10 de janeiro de 2004, através do Relatório de Ocorrência nº 01030204000001. A empresa que prestava serviços de monitoramento - Grupo Sentinela, juntamente com o Gerente da Unidade está elaborando um relatório completo no sentido de se levantar as possíveis condições que facilitaram tal acontecimento, para que ocorrência dessa natureza não venha a se repetir em outras Unidades. Onda este tipo de serviço vem sendo prestado. Como se trata de bens que não estavam segurados, solicitamos a baixa patrimonial dos mesmos. O senhor Presidente fez questão de informar que irá solicitar às áreas da Companhia uma análise do modelo de segurança que mais se adapte às condições de cada Unidade de Trabalho. Após os devidos esclarecimentos, os senhores Conselheiros autorizaram as baixas patrimoniais desses bens. **4.9 - Resolução da Diretoria nº 45/003.** A título de informação, o senhor Presidente da CODAPAR relatou aos senhores Conselheiros, que o assunto em pauta, tratava-se de uma Resolução da Diretoria Executiva nomeando uma comissão, composta de funcionários da CODAPAR, com a participação do Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Guaratuba, para procederem a avaliação quanto ao estado de conservação das benfeitorias existentes, incorporadas ao ativo imobilizado da Companhia, construídas em terreno da COOPESPAR e UNIÃO FEDERAL, situado na Avenida Domínio Botelho de Souza s/n - Bairro Piquaras, em Guaratuba-PR, propondo: a) Declaração de Inservibilidade; b) Demolição, após levantamento de partes reaproveitáveis; c) Baixa Patrimonial; e d) Destinação dos bens remanescentes. Procedimento esse adotado tendo em vista o estado de conservação deixado pela COOPESPAR, colocando em risco a vida e saúde das pessoas que trabalham e passam por ali, desconhecendo o perigo a que estão expostas. Após os devidos esclarecimentos, os senhores Conselheiros decidiram convocar o ato da Diretoria a aprovar antecipadamente o que ficar estabelecido por proposta da Comissão. **4.10 - Alteração Tarifária:** Passando ao último assunto da pauta, o Sr. Ney Amilton Caldas Ferreira expôs a necessidade de se fazer um reajuste nos preços tarifários das Unidades Frigoríficas de Palmas e Guarapuava (Resolução nº 02/2004, de 29/01/04), bem como da tarifa de Unidades Armazenadoras - Ambiente Natural (Resolução nº 01/2004, de 29/01/04), todas, para entrarem em vigor a partir de 02/02/2004, no sentido de ajustar as suas receitas, dado elevado custo operacional existente, ponderando, ainda, que os valores apresentados pela Coordenação de Armazenagem são compatíveis com os preços praticados no mercado e calculados em realidade de custos operacionais. Após as devidas explicações, os senhores Conselheiros aprovaram por unanimidade. Como nada mais houvesse a deliberar, tratada a matéria, o senhor Presidente deixou a palavra livre, e como ninguém fez uso da mesma, agradeceu a presença de todos dando por encerrada a sessão da qual eu, Ney Amilton Caldas Ferreira, Secretário do Conselho, dei esse relatório e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai por todas assinada. Curitiba, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano dois mil e quatro. Declarando que a presente é cópia fiel da Ata da Centésima Décima Sexta Reunião do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Agropecuario do Paraná - CODAPAR, realizada em 29 de janeiro de 2004, lavrada no livro próprio de atas, n.º 04, registrado na Junta Comercial do Paraná sob n.º 95047562-9 em 20.12.95.

Curitiba 29 de janeiro de 2004.


NEY AMILTON CALDAS FERREIRA
Secretário do Conselho

Conferir com original
CC/CT nº 2608/14
Ass. 


JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 16/03/2004
SBS NÚMERO 20040939952
Protocolo: 047092995-2
Representante: 5 000906-5
CONFERENTE DE RESPONSABILIDADE
APROVEITAMENTO DO PARANÁ CODAPAR

MARIA THEREZA LOPES SALOMÃO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ - CODAPAR
CNPJ. N.º 76.454.459/0001-50

CAPITAL AUTORIZADO - R\$ 156.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO - R\$ 85.434.807,98
CAPITAL INTEGRALIZADO - R\$ 85.434.807,98



ATA DA CENTÉSIMA QUÁDRAGÉSIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

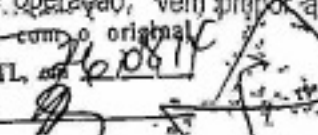
Às nove horas (09:00) do dia trinta (30) de janeiro de ano de dois mil e treze, na sede da Companhia, localizada na Av. Silva Jardim, nº 303, Bairro Rebouças, CEP 80.230-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, realizou-se a Centésima Quádragesima Reunião do Conselho de Administração com a presença dos seguintes Conselheiros: NORBERTO ANACLETO ORTIGARA; SILVESTRE DIMAS STANISZEWSKI; DEBORA GRIMM; VALÉRIO BORBA representando o Conselheiro Titular LUIZ DAMASO GUSI; ANTENOR DE MATOS PINHEIRO, representando o Conselheiro Titular LUIZ TARCÍSIO MOSSATO PINTO; RUBENS ERNESTO NIEDERHEITMANN e LUIZ CARLOS VISSÓCI. Aberta a sessão o senhor Presidente do Conselho Norberto Anacleto Ortigara convidou a todos, Silvestre Dimas Staniszewski, na qualidade de Secretário Executivo do Conselho para secretariar os trabalhos. Ao início dos trabalhos o senhor Presidente do Conselho informou aos demais a solicitação para substituição do membro suplente da CEASA - Luiz Roberto de Souza pelo atual Diretor Administrativo Financeiro, senhor Valério Borba, qual foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes e, que será levado à apreciação e aprovação na próxima Assembleia Geral ordinária. A presente reunião teve como assuntos: 1. Apreciação do Planejamento Estratégico da CODAPAR elaborado a partir da análise situacional pós-incorporação da GLASPAR, com a consultoria do TECPAR. O Gerente de Planejamento Francisco Carlos Alves fez a apresentação do Planejamento Estratégico produzido pela Companhia com a consultoria do TECPAR. O material apresentado contemplou a definição do Negócio da nova CODAPAR; Missão; Visão; Valores; o material gerado após as reuniões com um grupo de funcionários sobre as tendências e cenários competitivos inerentes ao campo de atuação da empresa; oportunidades, ameaças, forças e fraquezas; os objetivos estratégicos; os indicadores estratégicos para acompanhamento e a estrutura organizacional. Foi apresentado 2 versões de estrutura organizacional, com 3 e 4 diretorias. O Presidente do Conselho colocou em discussão o Planejamento Estratégico apresentado. O Sr. Francisco fez as suas considerações sugerindo que o Governo de Estado quando demandar serviços oferecidos pela CODAPAR de prioridade da sua contratação, pois entende que a CODAPAR faz parte da estrutura do Estado criado para dar este suporte. O Conselheiro Luiz Carlos Viissoci esclareceu o trabalho apresentado e reforçou a sua visão sobre a necessidade da CODAPAR manter estruturas de armazenagem para atendimento a Programas Sociais, pois a CONAB não consegue dar efetividade aos seus programas, especialmente as voltadas a Agricultura Familiar por falta de estruturas de armazenagem. O Conselheiro Antenor de Matos Pinheiro ressaltou a importância de fortalecer a área de Planejamento, especialmente neste momento de remodelação da organização. Por fim, o Presidente do Conselho fez as suas considerações manifestando a sua intenção de estabelecer a CODAPAR como uma nova empresa prestadora de serviços, reposicionada no mercado com uma gestão ágil e eficiente. Manifestou ainda que a sua intenção fortalecer as estruturas internas, buscar a valorização do seu corpo funcional, pois entende que para uma empresa ser forte as suas estruturas internas precisam ser fortes. Diante das exposições acima, o Presidente do Conselho colocou em votação este item, a qual obteve aprovação com a proposta do organograma composto por 03

SECRETARIA DA AGRICULTURA
E DO ABASTECIMENTO

Confere com original




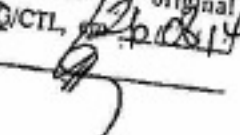
Ass. _____

Diretorias: Presidência, Diretoria de Administração e Finanças e Diretoria Técnica Operacional. 2. **Aprovação do Plano de Cargos e Salários da CODAPAR.** O Diretor de Desenvolvimento Agrário Veriduscelo, fez a exposição da proposta, informando inicialmente que a implantação do PCS era uma das premissas para a viabilização do processo de incorporação e que com a oficialização desta (incorporação), isto ficou bastante evidenciado face a disparidades salariais existentes entre os empregados oriundos da CLASPAR e os da CODAPAR, exigindo uma atenção especial para não gerar novos passivos. Fato este preâmbulo, apresentou a proposta expondo a metodologia e a projeção de impactos, tendo este **APROVADO** por unanimidade dos Conselheiros. O Presidente do Conselho ciente disto, pediu agilidade no processo de aprovação nos órgãos necessários para que o mesmo seja implantado o mais breve possível. 3. **Autorização para alienação de imóveis da Companhia.** O Diretor de Administração e Finanças apresentou uma relação de imóveis da CODAPAR para ser autorizada a alienação. São imóveis que na atual estrutura não serão utilizados operacionalmente. Imóveis autorizados a alienar: armazém no município de Apucarana - matrícula 29549; armazém no município de Bituruna - matrícula 6260; armazém e residências no município de Cambé - matrícula 17071; prédio no município de Curitiba, antiga sede da CLASPAR - matrícula 34134; terreno no município de Cruzeiro do Oeste - matrícula 6784; conjunto "D" do 7º andar edifício Banco Nacional do Comércio, matrícula 11.378, localizado na Rua Monsenhor Gelsa, 154, em Curitiba; unidade de classificação e laboratório no município de Francisco Beltrão - matrícula 7386; terreno na cidade de Francisco Beltrão - matrícula 7789; armazém no município de Ivaporã - matrícula 30968; terreno no município de Malet - matrícula 3705; prédio no município de Ortigueira - matrícula 1859; armazém no município de Paranayá - matrícula 11392; armazém no município de Pato Branco - matrícula 7880; unidade de classificação no município de Pato Branco - matrícula 21970; unidade de classificação no município de Ponta Grossa - matrícula 22644; unidade de classificação no município de Santo Antônio da Platina - matrículas 23055, 23252, 23253; terreno no município de Santa Helena - matrícula 7080; armazém no município de São João do Caiuá - matrícula 6006; armazém no município de Tibagi distrito de Caetano Mendes - matrícula 2285; prédio no município de Toledo - matrícula 32233; armazém no município de União da Vitória - matrícula 5.444; armazém no município de Uraí - matrícula 3199; unidade de classificação no município de Uraí - matrícula 6292. Disse ainda o Sr. Walter que as estruturas que permanecerão operacionais foram implantadas a quase cinco décadas e que portanto exigem elevados investimentos para proporcionar maior agilidade e redução de custos e que uma das fontes de recursos para fazer frente a estes investimentos seria através da alienação de imóveis. A proposta teve aprovação na íntegra, ficando a recomendação de que os recursos oriundos destes imóveis sejam investidos nas estruturas que permanecerão. 4. **Outros assuntos de interesse da Companhia.** 4.1 - **Aprovação da nova tarifa para os serviços do Porto Seco de Cascavel.** O Diretor de Administração e Finanças esclareceu que as tarifas vigentes estão congeladas desde 2006 e que portanto encontram defasados tanto em valores quanto em itens de serviços. A atualização foi recomendada pela Receita Federal e foi utilizada como parâmetro as tarifas praticadas na Estação Aduaneira do Foz do Iguaçu e Maringá. Feito a explanação, a nova tabela teve sua aprovação integral pelos Conselheiros. 4.2 - **Aprovação da Resolução nº 006/2016.** O Diretor de Administração e Finanças fez a exposição sobre o conteúdo da Resolução, esclarecendo aos Conselheiros que trata-se de concessão tarifária aos produtores de maçã e batata semelite que utilizam dos serviços da Unidade Frigorífica de Palmas. Esclareceu que a atividade madeira na região encontra-se em grande declínio pela falta de renovação de seus pomares e que o Estado através da Secretaria da Agricultura tem buscado apoiar os na recuperação de seus pomares. Assim, a CODAPAR como forma de apoiar a minimização dos custos dos produtores e também manter a Unidade em operação, vem propor a

SECRETARIA DA AGRICULTURA
E DO ABASTECIMENTOConfere com o original
SEC. CTL
Ass. 

concessão de alguns itens da tabela vigente. Após exposição, a presente Resolução teve sua aprovação integral pelos Conselheiros. A representante dos funcionários, junto ao Conselho, aproveitou a oportunidade para registrar a sua preocupação com relação ao cumprimento do pagamento das parcelas do PDV e passivos da Companhia. Disse que os atrasos nas liberações das parcelas inclusive a 2ª em curso com 20 dias de atraso têm gerado desgastes, a empresa é comprometida a credibilidade do PDV, principalmente com aqueles que aderiram, mas ainda não se desligaram. O presidente do Conselho informou a liberação dos recursos está dependendo da regularização da desapropriação do imóvel de Maringá, mas que está empenhado na busca de uma solução o mais breve possível. Como nada mais houvesse a deliberar, esgotada a matéria, o senhor Presidente deixou a palavra livre e como ninguém fez uso da mesma, agradeceu a presença de todos dando por encerrada a sessão da qual eu, Silvestre Dimas Staniszewski, Secretário Executivo, tomei estes apontamentos e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai por todos assinada. Curitiba, aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze. Declaramos que a presente é cópia fiel da Ata da Centésima Quadragésima Reunião do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Agropecuario do Paraná - CODAPAR, realizada em 30 de janeiro de 2013, lavrada no livro próprio de atas n.º 05, registrado na Junta Comercial do Paraná sob n.º 10/733296-6 - em 15/10/2010, termo de autenticação n.º 10/141742-0 de 27/10/2010.

Curitiba, 30 de janeiro 2013.


NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Presidente do Conselho de Administração
SILVESTRE DIMAS STANISZEWSKI
Secretário Executivo
**SECRETARIA DA AGRICULTURA
E DO ABASTECIMENTO**Confere com original
Ass. 



ANEXO VI

AVALIAÇÕES DE IMOBILIÁRIAS (03 PROPOSTAS)

Confere com o original
SG/CTL, em 20/08/14
Ass. _____

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE PREÇO DE MERCADO

1 - IDENTIFICAÇÃO / SOLICITANTE

Sr. GERALDO / GADM / CODAPAR gssouza@codapar.pr.gov.br Fone (41) 3219.9369
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR

2 - OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

A avaliação tem por foco a mensuração do preço de mercado dos bens imóveis descritos e avaliados, objeto venda futura, bem como das benfeitorias existentes sobre o mesmo.

3 - IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS BENS AVALIADOS

3.1. Descrição de imóvel urbano em zona central. Lote Urbano nº 07, da Quadra nº 14, com área de terreno de 492,94 m², situado na rua Ararigboia, com uma casa em alvenaria averbada com área de 222,00 m², tudo conforme limites e confrontações constantes da Matrícula nº 3.058, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco PR.

3.2. Descrição de imóvel urbano em bairro. Lotes Urbanos nº 05, 06, 07, 08, 09, da Quadra nº 83, com áreas de terreno contínuas e respectivas de 756,00 m², 756,00 m², 791,70 m², 672,00 m², 739,20 m², totalizando uma área de 3.714,90 m, situado na rua Itapuã, Bairro Pinheiros, em Pato Branco PR, com um barracão com área de 527,62 m², e, tudo conforme limites e confrontações constantes das Matrículas respectivas de nº 7.880, 7.881, 7.882, 7.883, 7.884, todas do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco PR.

4- MÉTODO DA AVALIAÇÃO

O método utilizado para a avaliação, definido como comparativo direto de dados de mercado, vislumbra amostras representativas de dados do mercado de imóveis, praticada na circunvizinhança, com característica tanto quanto possíveis, semelhantes às dos bens ora avaliados, usando-se toda a evidência disponível e concomitantemente de forma involutiva a capacidade construtiva conforme a Lei de Zoneamento Urbano da Cidade de Pato Branco.

O imóvel 3.1. encontra-se na Zona de Interesse Histórico Cultural – ZHC, com aproveitamento de 2, ocupação de 60%, permeabilidade de 15% e pavimentos máximo 4.

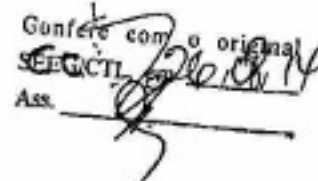
Benfeitoria. Para efeito de avaliação desconsidera-se o preço da benfeitoria existente sobre o imóvel avaliado, não agregando valor ao mesmo.

O imóvel 3.2. encontra-se na Zona Residencial 3 – ZR3, com aproveitamento de 1, taxa de ocupação de 50%, permeabilidade de 40%, e pavimentos máximo 02., sendo utilizado o preço com base em venda realizada no mês de agosto de 2013 de imóvel tanto quanto semelhante, nas proximidades e na mesma topografia do imóvel avaliado, porém mais central.

Benfeitoria. Para efeito de avaliação desconsidera-se o preço da benfeitoria existente sobre o imóvel avaliado, não agregando valor ao mesmo, considerando mesmo a relativa dificuldade de sua demolição, porque o terreno é, em quase sua totalidade recoberto por camada de concreto de difícil e dispendiosa remoção, incompatível com a finalidade de uso do imóvel.

Os métodos e medidas disponíveis para a avaliação acabam por envolver determinado grau de julgamento. Os métodos variam muito e frequentemente envolvem a realização de ajustes baseados em evidências empíricas.



Confere com o original
SECRETARIA
Ass. 

5 — RESULTADO DA AVALIAÇÃO**SÉTOR****ÁREA/M2****PREÇO R\$/M2 TOTAL****TÉRRENO 3.1.**

MÁXIMO DA CAPACIDADE CONSTITUTIVA TÉRRENO 419,00 M2

R\$ 5.000,00/M2 R\$ 2.095.000,00

MÁXIMO DA CAPACIDADE CONSTITUTIVA SUPERIOR 867,00 M2

R\$ 2.000,00/M2 R\$ 1.774.000,00

TOTAL PREÇO IMÓVEL

R\$ 3.869.000,00

PREÇO DO TERRENO EQUIVALENTE A 20% DO PREÇO DE VENDA INCORPORAÇÃO E PLANTIO CONSTITUTIVO

R\$ 800.000,00

TERRENO 3.2.

R\$ 3.714.900,00 R\$ 310.000,00/M2 R\$ 1.151.619,00

O valor total estimado a título de preço de mercado dos bens avaliados, para o imóvel 3.1. é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), e para o imóvel 3.2. é de R\$ 1.151.619,00 (um milhão, cento e cinquenta e um mil, seiscentos e dezenove reais).

6 — PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS

A avaliação foi feita pelos corretores de imóveis Arcione João Moretti, inscrito no CRECI-PR sob nº 4.557 e Fernando Paulo Moretti, inscrito no CRECI-PR sob nº 7.852, ambos que respondem pela administração da empresa Moretti Assessoria Imobiliária Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 78.672.540/001-09 com registro no CRECI sob nº 1.530-J, com sede na rua Tamoió, nº 113, Centro, em Pato Branco PR.

7 — LOCAL E DATA

Pato Branco, PR., 28 de outubro de 2013.

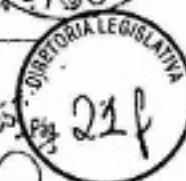
Moretti Assessoria Imobiliária Ltda. / Fernando Paulo Moretti

CRECI-PR 1.530-J

Rua Tamoió, 113 - 85501-067 Pato Branco PR FONE/FAX (43) 3225-3085
home-page: www.moretti.imb.brConfere com original
SEG/CTL, 26/10/13
Ass. _____



BOKASANTA CORRETOR DE IMÓVEIS
46 3224-3636 3025-3636 3025-5055
RUA LOCANTINIS, 2023 - CENTRO - PATO BRANCO - PR
COMPRA - VENDA - LOCAÇÃO
www.imobiliariabokasanta.com



PARÊCER DE VALOR DE MERCADO

Informamos a quem interessar possa, a avaliação do referido Imóvel URBANO: Compreendendo os Lotes nº: 05, com área de 756,00m², 06 com área de 756,00m², 07 com área de 791,70m², 08 com área de 672,00m², 09 com área de 739,20m², da Quadra nº 83; com área total de 3.714,90m² (três mil setecentos e catorze metros e noventa centímetros quadrados), sito a Rua Itapua, esquina com Rua Manoel Ribas, cotendo construção em alvenaria, Barracão com cobertura metálica, com área de 572,62m² (quinhentos e setenta e dois metros e sessenta e dois centímetros quadrados), conforme matrículas nº 7.880, 7.881, 7.882, 7.883 e 7.884, do Registro Geral de Imóveis de Pato Branco - PR.

Crerios de Avaliação:

A avaliação leva em conta os valores praticados no mercado imobiliário de Pato Branco, condições físicas do imóvel, localização, zoneamento e potencial construtivo do terreno.

O Valor do Imóvel:

Valor da avaliação de mercado: R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais).

Para que Produza os devidos fins e efeitos legais, passamos o presente parecer em 02 (duas) vias de igual teor e forma, tudo como de direito.

Ficamos a disposição para maiores informações.

Pato Branco, 29 de outubro de 2013.

CORRETOR DE IMÓVEIS
BOKASANTA

Confere com o original
EX/CTL, em 26.08.14
Ass.

POLZZZ
MOVES



PARÊCER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE LOTE URBANO

A solicitação deste Parecer é da empresa **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ CODAPAR**, Pessoa Jurídica de Direito Privado e Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ: 76.494.459/0001-50, com sede e foro na cidade de Curitiba - Pr, sito na Avenida Silva Jardim nº303 Bairro Rebouças, e atende aos requisitos do Artigo 3º da Lei 6.530, de 12 de Maio de 1978, que regulamenta a profissão de Corretor de Imóveis, e a RESOLUÇÃO 1.066 / 2007 - COFECI - Conselho Federal dos Corretores de Imóveis.

A avaliação obedece aos critérios mercadológicos da Norma Brasileira da ABNT - NBR 14.853 - 2 - Avaliação de Imóveis Urbanos.

O objetivo do presente Parecer é avaliar o imóvel para fins de valor de mercado..

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

IMÓVEL URBANO - Lotes nº05 (cinco), 06(seis), 07(sete), 08(oito), 09(nove) da quadra nº83 (oiteenta e três) sito à Rua Itapua, desta cidade de Pato Branco Pr, contendo a área total de 3.714,90m² (três mil setecentos e quatorze metros quadrados e noventa centímetros), com benfeitorias, barracão em alvenaria, coberto com zinco, parte do asfalto revestido de tacos e piso com área construída de 527,62m² (quinhentess e vinte e sete metros quadrados e sessenta e dois centímetros) conforme matrículas nº 7.880, 7.881, 7.882, 7.883, 7.884 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco Pr.

Caril

Rua Tocantins, 1471 | Centro | (46) 3025-4222
85505-140 | Pato Branco | Paraná

Confere com original
SEG/CTL, em 20/08/14
Ass.



POLAZZO

IMÓVEL

VISTORIA DO IMÓVEL

A vistoria do imóvel foi realizada na manhã do dia 28 de Outubro de 2013.

METODOLOGIA AVALIATÓRIA

Para avaliação do imóvel utilizou-se o MÉTODO COMPARATIVO DIRETO DE DADOS DE MERCADO, que realiza uma amostragem de dados de mercado de imóveis com características, tanto quanto possível, semelhantes às do imóvel avaliando.

CONCLUSÃO

É do entender do Avaliador que o valor para o imóvel avaliando conforme matrícula apresentada é de:

VALOR MÉDIO ESTIMADO = R\$ 1.151.619,00

(Um milhão, cento e cinquenta e um mil e seiscentos e dezoito reais)

Variação para mais ou para menos de 5%

Limite Inferior: R\$ 1.094.038,00

Limite Superior: R\$ 1.209.199,98

Rua Tocantins, 1471 | Centro | (46) 3025-4222
85505-140 | Pato Branco | Paraná

Confere com original
SEG. CTL. de 20.10.14
Ass. *[assinatura]*





PARÊCER n° 23/2014

INTERESSADO: Diretoria Executiva

ASSUNTO: Autorização legislativa para alienação de imóvel

15 de julho de 2014

O presente Parecer refere-se ao pedido de alienação de bem imóvel localizado em Pato Branco, processo de n. 13.261.581-0, formulado em face da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Este procedimento tem seu embasamento na legislação estadual disciplinante de Licitações, Contratos Administrativos e Convênios, Lei 15.608/2007 que, expressamente, no seu artigo 6º inciso III, menciona a imperiosidade desta autorização legislativa quando da alienação de bens imóveis da Administração Pública Estadual.

Inicialmente, compondo o caderno processual está o Ofício n. 299/2014, fl 03, firmado pelo Presidente da Companhia, justificando a alienação pleiteada afirmando que desde 2013 o imóvel está sem uso e no momento, há a preocupação de racionalizar a estrutura e converter em renda o patrimônio existente. Adiante, em arrazoado objetivo, fl 5 e 6, o Diretor de Administração e Finanças comenta a necessidade da Companhia aperfeiçoar a prestação de serviços, maximizar o uso de recursos e adequá-la às necessidades do Estado e do mercado. Paralelamente, comenta ser necessário converter em renda o patrimônio hoje sem uso e supérfluo. Tal quadro induz a necessidade de buscar autorização legislativa para proceder à alienação do imóvel, que, se concedida, será procedida sob licitação, na Modalidade de Concorrência Pública.

Assim posto, através deste processo a Companhia pretende obter autorização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para alienar o imóvel qualificado na folhas, 11, 12 até 26, deste caderno. Consiste, tal bem:



imóvel urbano, situado nos lotes 05, 06, 07 e 08 da quadra 83 da rua Itapua, município de Pató Branco, objeto de matrículas 7.880, 7.881 e 7.882 e lote 09 da quadra 83 da rua Manoel Ribas, objeto da matrícula 7.884 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Companhia de Pató Branco, todos parte integrante do mesmo imóvel.

Há nos autos, feita documentação motivando a iniciativa de venda e instrumentalizando - o conforme exige a lei possibilitando uma decisão legislativa segura. São eles:

- Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia de número 116, realizada nos dias 29/01/2004/13, fls 35 usque 38; de número 140, realizada no dia 30 de janeiro de 2013, fls 39 usque 41, nas quais a alienação/venda de imóveis, entre eles o imóvel em pauta foi deliberada;
- cópias de Gertidões do Registro de Imóveis relativos aos lotes que em conjunto compõe o bem a ser negociado, fls 13 até 31;
- avaliações do imóvel, elaboradas por 2 (duas) Corretoras de Imóveis e uma por Corretor, fls 33 até 60;
- Gertidões comprovantes da regularidade fiscal da Codapar, emitidas pelo Município de Pató Branco, fl 62 até 65 e
- nas folhas 66 até 67 o imóvel em pauta está regularmente descrito.

Adiante, em acatamento ao disciplinado na Lei de Licitações n. 15.608/2007, esta Companhia acosta ao caderno processual um Termo de Justificativa/ de Inseparabilidade para a venda de bem imóvel firmada pela Comissão de Alienação de Imóveis, fl 28; no qual comenta que está localizado em área residencial, hoje com acesso mais difícil fruto da mudança no fluxo de trânsito, inviabilizando o trânsito de máquinas e caminhões restando na necessidade da manutenção do imóvel no ativo da Companhia. Neste Termo de Inseparabilidade há várias fotografias, tomadas pelos técnicos da Companhia, patentando de forma rica e clara o aqui afirmado.

Isto posto, ora esta parecerista que as exigências legais, notadamente as previstas na Lei Estadual de Licitações, Contratos Administrativos e Convênios n. 15.608/2007, exigidas para

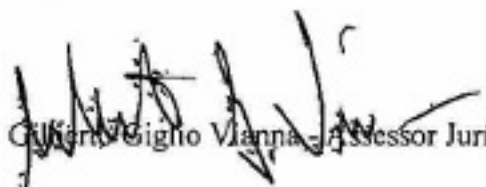
parisg?

Confere com o original
SECCTL
Ass. 20/08/14

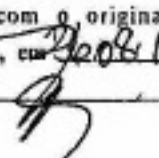


submissão à autorização legislativa de venda do imóvel em referência, estão satisfeitos no caderno processual com o que, o presente processo está apto a tramitar regularmente na esfera da Administração do Estado.

É o parecer.


Gilmar Siglio Vianna - Assessor Jurídico

1 1 1 1

Confere com o original
Ass.  2008/14



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB
Gabinete do Secretário



DESPACHO SEAB/GS

PROCESSO Nº: 13.261.581-0


INTERESSADO: CODAPAR -

ASSUNTO: Processo de autorização legislativa para alienação de imóvel localizado no município de Pato Branco, de propriedade da CODAPAR.

PARA: AJUR - Dra. Rosane,

Encaminhamos o protocolado para análise e parecer dessa AJUR, objetivando instruí-lo devidamente, para que possamos encaminhá-lo à apreciação da Casa Civil, com a urgência que o caso requer.


Curitiba, 17 de julho de 2014.



Vera da Rocha Zardo,
Chefe de Gabinete.

Recebido na AJUR

Em, 17/07/14 às 11:48hs

por Func.


Sandra Mara Assunção
Secretária da AJUR

Conferir com original
Ass. 
22/07/14



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
ÁREA JURÍDICA



INFORMAÇÃO Nº 113/2014

ASSUNTO: Autorização legislativa para alienação de bens imóveis da CODAPAR.

PROTÓCOLO: 181281-684-0.

Senhora Chefe de Gabinete,

A Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, por meio do ofício nº 299/2014 de 9/7/14 de seu Diretor Presidente, encaminha ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento caderno administrativo que objetiva obter do Poder Legislativo do Estado do Paraná a necessária autorização, mediante lei, para alienar cinco imóveis de seu patrimônio, identificados pelos lotes nº 5, 6, 7, 8 e 9 da quadra nº 83, situados às Ruas Itapoá e Manuel Ribas, área urbana denominada Bairro Pinheiros, município de Pato Branco, registrados sob as matrículas nº 7.880, 7.881, 7.882, 7.883 e 7.884 no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, a totalizarem 3.714,90 metros quadrados de área e nos quais há uma edificação de 527,62 metros quadrados de área construída.

Instruem o caderno: (i) minuta de Projeto de Lei (fl. 9); (ii) Exposição de Motivos (fls. 5/6); (iii) minuta de mensagem ao Governador respeitante à pretensão (fl. 8); (iv) Descrição dos imóveis (fl. 11); fotocópias das Matrículas 7.880 a 7.884 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco (fls. 13/26); (v) Termo de Inservibilidade dos imóveis (fls. 28/33); (vi) Atas da 116ª e 140ª Reuniões do Conselho de Administração da CODAPAR a autorizar a efetivação dos procedimentos com vistas à referida alienação (fls. 35/41); (vii) Laudos de Avaliação de Preço de Mercado dos imóveis junto a três imobiliárias locais (fls. 43/48); (viii) Resoluções da Diretoria da CODAPAR designando os membros da Comissão Especial para a Venda de Imóveis considerados inservíveis (fls. 40/45); e (ix) Parecer nº 23/2014 da Assessoria Jurídica da CODAPAR (fls. 46/47).

Seguem os posicionamentos desta Área Jurídica.

A remessa dos autos à SEAB tem o exclusivo propósito de encaminhar a pretensão à apreciação do Senhor Governador do Estado, autoridade que em resultado de seu específico e oportuno exame deliberará pela remessa (ou não) à Assembleia Legislativa do Estado Paraná do Projeto de Lei que objetiva a autorização legislativa à alienação dos citados imóveis.

Confere com o original
 DIC/CTL, em 12/08/14
 Ass.



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
ÁREA JURÍDICA



NOTA DE ACOMPANHAMENTO

Cumprir destacar que a necessidade de prévia autorização legislativa de bens imóveis que compõem o patrimônio da CODAPAR foi objeto de específica consulta formulada pela sociedade de economia mista junto à Procuradoria Geral do Estado, que pela Informação nº 87/2014-CJA/PGE, encartada no protocolado 13.132.784-6, em resposta orientou que "a alienação de bens imóveis da CODAPAR deverá ser precedida de autorização da Assembleia, mediante lei específica". Observou ainda, "por oportuno, que a consulta da CODAPAR não é nova na PGE, conforme Parecer nº 291/2007 de lavra do Dr. Luiz Guilherme Marinoni, no protocolado nº 9.863.959-4, documento anexo, cuja resposta não é diferente da exarada no presente expediente".

No quadrante jurídico, o caderno e os documentos que o instruem foram examinados pela competente Assessoria Jurídica da CODAPAR, que às fls. 46/48 posicionou-se pela regularidade da pretensão e instrução, destacando, por sobremaneira relevante, que os procedimentos posteriores à autorização legislativa, concernentes à alienação, observarão as pertinentes disposições e rito da Lei nº 8.866, de 1993, e da Lei nº 15.608, de 2007.

Razão pela qual o presente exame jurídico limita-se à verificação do Projeto de Lei à fl. 9 durante o atendimento da nova Lei Complementar nº 176, de 2014, verificado ter sido publicada em data posterior à manifestação do competente órgão jurídico da CODAPAR.

A verificação da observância dos comandos dessa Lei (que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis estaduais) concluiu na minuta anexa a esta informação.

Assim posto, o presente caderno poderá seguir à Casa Civil, para as providências ali definidas necessárias respeitantes ao pleito da CODAPAR.

Outrossim, observe-se que a vinculação da CODAPAR com a SEAB não abstrai ou macula a autonomia administrativa justificadora da existência dessa sociedade de economia mista no pressuposto que a gestão próxima, especializada e descentralizada que realiza conclui na melhor prestação de serviços e resultados à coletividade.

Conferido com o original
SCT, em 26/08/14
Ass. [Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
ÁREA JURÍDICA



Nesses termos, a regularidade dos procedimentos, que a Diretoria da CODAPAR pôs em marcha foi examinada pela sua assessoria especializada técnica e jurídica, confirmando-a e posicionando pela necessidade da obtenção da autorização do Poder Legislativo estadual para alienar os imóveis do patrimônio da sociedade.

Por sua vez, o art. 28, inciso VI, do Estatuto Social da CODAPAR (que se anexa) remete a alienação de bens imóveis dessa sociedade à autorização de seu Conselho de Administração, exigência que se verifica, *a priori*, atendida no item 3.12 da Ata da 116ª Reunião do Conselho de Administração (fls. 35/38).

A priori diante da constatação que a reunião do Conselho de Administração que autorizou a alienação dos retro disscorridos bens imóveis, registrada na Ata nº 116ª, aconteceu em 29/1/2004, ou seja, há mais de dez anos.

Presidido pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, as deliberações desse Conselho convergem ao poder que assiste à Administração Central de influir nos rumos da CODAPAR no propósito de conformar sua atuação ao cumprimento dos objetivos públicos em vista da qual existe, harmonizando-a com a atuação administrativa global do Estado e, por evidência, às políticas do atual Governo Estadual no correspondente setor de atividade.

O atual Secretário de Estado não participou da 116ª Reunião do Conselho. Por conseguinte, não se lhe perfez o juízo de conveniência e oportunidade quanto à alienação dos bens imóveis situados em Patro Branco, próprio e específico no âmbito de atuação da SEAB, conformado ao atual Governo, debatido e compartilhado pelos atuais Conselheiros, de modo a ser aprovado, condicional ou incondicionalmente.

Nesse sentido, destaca-se que a autorização da alienação dos bens imóveis posta pelo Conselho de Administração em 29/1/2004 houve uma condição, qual seja, "o resultado das vendas dos imóveis e equipamentos (pelo melhor preço) será aplicado nas atividades fim da Companhia e dentro de procedimento legal pertinente".

Essa condição não coincide com aquela posta pelo Conselho de Administração em 30/1/2013 (assim, no atual Governo) para a venda de outros bens imóveis da CODAPAR, registrada no item 3 da 140ª Reunião (fl. 40), qual seja, "compôr



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
ÁREA JURÍDICA



Uma das fontes de recursos para fazer frente aos elevados investimentos necessários para proporcionar mais agilidade e redução de custos nas estruturas da CODAPAR que permanecerão operacionais e que foram implantadas há mais de cinco décadas. Para essa alienação, a autorização do Conselho de Administração foi expressa e especificamente condicionada à destinação dos recursos provenientes da alienação ao "investimento nas estruturas (da CODAPAR) que permanecerão".

Razão pela qual se sugere ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em momento precedente à eventual remessa do caderno à Casa Civil, deliberar pela oportunidade e conveniência de convocar o Conselho de Administração (ou aguardar a próxima reunião) para submeter a alienação dos bens imóveis de Pato Branco à reapreciação dos Conselheiros.

Do exposto, do resultado da presente análise conclui-se que a alienação não desborda dos limites da atuação institucional da CODAPAR, que pretende efetivá-la para melhor realizar o interesse público, nos termos justificados pelo seu corpo técnico e, nesse particular, atendendo aos comandos do art. 6º da Lei nº 15.608/2007. Ressalva-se a orientação de se diligenciar a atualização da autorização da alienação tratada neste caderno pelo Conselho de Administração da CODAPAR, considerando que a existente foi concedida há mais de dez anos, em realidade potencialmente diversa.

É a informação.

Curitiba, em 24 de Julho de 2014.

Kurt Werner Reichenbach

Samuel Machado de Miranda



MINUTA

PROJETO DE LEI

Súmula: Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná a alienar os imóveis que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR autorizada a alienar, mediante licitação, os bens imóveis de sua propriedade localizados no Município de Pato Branco, com Matrículas registradas sob os números 7.880, 7.881, 7.882, 7.883 e 7.884 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, conforme abaixo:

LOCALIZAÇÃO	MATRÍCULA	QUADRA	LOTE	ÁREA DO LOTE (m ²)	ÁREA EDIFICADA (m ²)
Rua Itapuã	7.880	83	5	756,00	527,62
Rua Itapuã	7.881	83	6	756,00	
Rua Itapuã	7.882	83	7	791,70	
Rua Manoel Ribas	7.883	83	8	672,00	
Rua Manoel Ribas	7.884	83	9	739,20	

Art. 2º As providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis são de responsabilidade do adquirente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

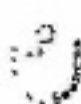
Palácio do Governo, em ... de ... de 2014.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Confere com o original
SEGACTL
Ass. *[assinatura]*



ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Coordenador a Jurídica da Administração Pública



PROTOCOLO: 13.132.784-6

INFORMAÇÃO: 087 /2014 - CJA/PGE

INTERESSADOS: CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná.

ASSUNTO: ALIENAÇÃO BENS IMOVEIS. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Senhor Procurador Geral,

DA CONSULTA

O Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR encaminha consulta à Procuradoria Geral do Estado do Paraná - PGE quanto a necessidade de autorização legislativa para alienação de bens imóveis de seu patrimônio.

Aduz que se constitui em sociedade anônima de economia mista, não dependente do Tesouro do Estado, exploradora de atividade econômica, regida pela Lei 6.404/76, possui regulamento próprio para licitações e que as áreas que pretende alienar são urbanas e inferiores a 100 hectares.

Adianta seu entendimento no sentido de que a alienação de seus bens imóveis prescinde de autorização legislativa.

Confere com o original

REGISTRO em 26/08/14

Ass. _____



PROTOCOLO: 13.132.784-6

INFORMAÇÃO: 087 /2014 - CJA/PGE

INTERESSADOS: CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná.

ASSUNTO: ALIENAÇÃO BENS IMÓVEIS. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

II. MÉRITO

A CODAPAR, sociedade por ações de economia mista, está vinculada à Secretaria de Estado do Abastecimento – SEAB nos termos do art. 1º da lei 9570/91. O seu objeto é “a execução de atividades de armazenagem, abastecimento e fomento agropecuário”.

O estatuto da CODAPAR estabelece:

Art. 3. A CODAPAR tem como objetivo.

- I. Prover soluções de engenharia rural, infraestrutura logística e segurança alimentar com qualidade e proteção ao meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas, com soluções na área de armazenagem, classificação, escoamento e apoio à comercialização de safras agrícolas e de mercadorias em geral;
- II. Desempenhar outras atividades que visem o desenvolvimento do setor agropecuário estadual.

Art. 4. Para consecução de seus objetivos a CODAPAR terá as seguintes competências

- I. Articular o estabelecimento de uma política de armazenagem e movimentação de safras para o Estado, coordenando sua execução;
- II. Prestar serviços de armazenagem em geral, facilitando ou executando a comercialização de produtos agrícolas e mercadorias em geral;
- III. Exercer o controle das iniciativas de construção e ampliação de unidades armazenadoras do Estado, visando racionalizar a distribuição espacial dos empreendimentos frente à distribuição da produção e evitar investimentos improdutos;

Confere com o original
GEO/CTI
Ass.



ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Coordenadoria Jurídica da Administração Pública



PROTOCOLO: 13.132.784-6

INFORMAÇÃO: 087 /2014 - CJA/PGE

INTERESSADOS: CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná.

ASSUNTO: ALIENAÇÃO BENS IMÓVEIS. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

- IV. Desenvolver e executar projetos específicos de desenvolvimento de regiões, microrregiões, produtos e atividades de interesse para a agricultura no Estado;
- V. Prestar serviços de engenharia rural e congêneres em atividades de interesse público;
- VI. Promover estudos, pesquisas, análises, perícias, divulgações técnicas e elaborar projetos relacionados com as suas atividades, bem como de desenvolvimento de tecnologias;
- VII. Facilitar e repassar às instituições públicas e privadas e aos pequenos produtores e suas organizações formais e informais, os benefícios dos instrumentos da política agrícola;
- VIII. Participar de empreendimentos que visem o aperfeiçoamento da produção agropecuária;
- IX. Gerir e/ou prestar serviços técnicos e especializados em Estações Aduaneiras;
- X. Prestar serviços de transbordo de grãos e de outros produtos e/ou transporte terrestre de equipamentos, materiais e produtos ligados à atividade da Empresa;
- XI. Coordenar e/ou promover eventos ligados ao desenvolvimento agropecuário do Estado;
- XII. Prestar serviços como gestor e operador do processo de logística integrada de produtos e bens de interesse de programas governamentais tais como: de merenda e suprimentos escolares, inclusive os de interesse da Defesa Civil e de órgãos de Utilidade Pública;
- XIII. Prestar serviços de análise de sementes e classificação de produtos



PROTOCOLO: 13.132.784-6

INFORMAÇÃO: 087 /2014 - CJA/PGE

INTERESSADOS: CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná.

ASSUNTO: ALIENAÇÃO BENS IMÓVEIS. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, de mediação em matérias concernentes à classificação de produtos agrícolas nas relações comerciais, e de apoio as atividades pós colheita e a certificação dos produtos da agricultura.

XIV. Exercer a gestão de estradas rurais no Estado do Paraná

XV. Prestar serviços técnicos e especializados de tratamento fitossanitário e atividades correlatas em unidades próprias ou de terceiros;

XVI. Prestar serviços técnicos especializados em auditoria, consultoria/assessoria e treinamento/capacitação relacionadas as atividades da empresa;

XVII. Efetuar parcerias ou similares com instituições públicas ou privadas quando a situação assim o exigir, observados os aspectos legais respectivos;

XVIII. Exercer outras atividades que objetivem o desenvolvimento do setor agropecuário.

Depreende-se da análise da legislação referente à CODAPAR que sua criação visa servir de instrumento do Estado para realização de políticas públicas, em especial, para o setor agropecuário.

Não se erra por afirmar que a CODAPAR, ainda que revestida de personalidade jurídica de direito privado e eventualmente aufera lucros por sua atuação, não concorre com o particular, inclusive, é destinada a servir de instrumento do Estado para realização de políticas públicas, em especial, promover o desenvolvimento da atividade do particular, criando estrutura e lastros para que este possa atuar na área fomentada de forma independente do Poder Público.

Confere com o original
Ass. CTL, em 26/08/14
Ass. [assinatura]



PROTOCOLO: 13.132.784-6

INFORMAÇÃO: 087 /2014 - CJA/PGE

INTERESSADOS: CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná.

ASSUNTO: ALIENAÇÃO BENS IMÓVEIS. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Assim se afirma, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9570/2012 no sentido de que a atuação da CODAPAR poderá ser limitada pelo Poder Executivo na medida em que o espaço privado adquira condições de atuar com êxito na atividade, leia-se:

Art. 2º O Poder Executivo, por ato próprio, poderá, respeitadas as disposições legais correspondentes, **reduzir gradativamente a atuação da CODAPAR, sempre que constatar que a iniciativa privada tem condições de suprir as atividades por ela exercidas.**

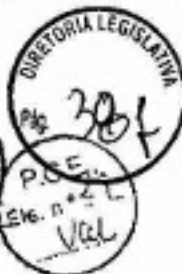
Nesse contexto, os bens imóveis da CODAPAR têm destinação especial e por estar vinculado diretamente com finalidade pública incide a diretriz da Constituição do Estado do Paraná, no sentido de que para alienação de bens imóveis do Estado é necessária autorização do Poder Legislativo, leia-se:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.



ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Coordenadoria Jurídica da Administração Pública



PROTOCOLO: 13.132.784-6

INFORMAÇÃO: 087 /2014 CJA/PGE

INTERESSADOS: CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná.

ASSUNTO: ALIENAÇÃO BENS IMÓVEIS. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

O parágrafo único do inc III do art. 99 da Lei 10.406 (Código Civil) estabelece que em não havendo disposição de lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Ainda, na forma do §1º, inc IV do art. 1º da Lei Estadual nº 15.608/2007 as sociedades de economia mista, controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná, prestadoras de serviço público, estão subordinadas à legislação de licitações e contratos. A existência de regulamento próprio de licitações não afasta os princípios publicísticos norteadores da conduta do administrador no trato da alienação e aquisição de bens públicos.

Desse tratamento legal, a Lei Estadual 15.608/2007 optou por submeter os bens imóveis da Administração Pública direta e indireta à autorização legislativa para eventual alienação.

Nesse aspecto, o inc. II do art. 4º fixa no conceito de "Administração Pública" a administração direta e indireta dos Estados, estas com personalidade jurídica do direito privado sob controle do Poder Público e o inc. III do art. 6º estabelece que a alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à autorização legislativa para os bens imóveis.



PROTOCOLO: 13.132.784-6

INFORMAÇÃO: 087 /2014 - CJA/PGE

INTERESSADOS: CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná.

ASSUNTO: ALIENAÇÃO BENS IMÓVEIS SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA


III. RESPOSTA

Em síntese, a CODAPAR, sociedade de economia mista, presta serviço público e seus bens imóveis estão afetados à finalidade pública; a Lei Estadual nº 15.608/2007 (art.4º inc. II e art. 6º inc. III) determina que a alienação de bens imóveis de sociedade de economia mista, sob controle do Estado se submete à autorização legislativa.

Em resposta, diz-se a alienação de bens imóveis da CODAPAR deverá ser precedida de autorização da Assembleia, mediante lei específica.

Por oportuno, informa-se que a consulta da CODAPAR não é nova na PGE, conforme Parecer nº 291/2007 de lavra do Dr. Luiz Guilherme Marinoni, no protocolado nº 9863.959-4, documento em anexo, cuja resposta não é diferente a exarada no presente expediente

Curitiba, 06 de abril de 2014.


Lilian Didone Calomeno
Procuradora do Estado do Paraná
Chefe da CJA/PGE



DESPACHO CODAPAR

PROTOCOLO: 13.261.581-0

INTERESSADO: CODAPAR

ASSUNTO: Projeto de Lei - Autoriza a CODAPAR a alienar os imóveis locados no município de Pato Branco.


13.08.2014

Serhora Chefe de Gabinete da SEAB - Vera da Rocha Zardo

Seguindo recomendação da área jurídica dessa SEAB através da Informação nº 113/2014, informamos que foi realizado em data de 07/08/2014 a 144ª Reunião do Conselho de Administração a qual deliberou além de outros assuntos, a redefinição quanto a aplicação dos recursos auferidos com as alienação de imóveis (cópia da Ata anexo ao protocolado) previamente autorizadas na 140ª e 142ª Reunião do Conselho de Administração.

Assim, cumpridas as devidas recomendações, retornamos o presente protocolado para os encaminhamentos necessários.

Atenciosamente


WALTER HIROSHI YOKOYAMA
Diretor de Administração e Finanças
CODAPAR

Confere com: 
SECTI, em 26-08-14
Ass. 



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ -
CODAPAR**

CNPJ. N.º 76.494.459/0001-50

CAPITAL AUTORIZADO	-	R\$150.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	-	R\$ 85.434.807,98
CAPITAL INTEGRALIZADO	-	R\$ 85.434.807,98

**ATA DA GENTESÍMA QUADRAGÉSIMA QUARTA (144) REUNIÃO DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

As quatorze horas (14h) do dia 07 (sete) de agosto de 2014 (dois mil e quatorze), na sede da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB, Gabinete do Secretário, localizada na rua dos Funcionários, nº 1559, Bairro Cabral, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, realizou-se a 144ª Reunião do Conselho de Administração com a presença dos seguintes Conselheiros: NORBERTO ANACLETO ORTIGARA, SILVESTRE DIMAS STANISZEWSKI, DECIO JOSÉ ZUFFO, ELIANA ABRAHÃO RAAD, RICHARD GOLBA e EUGENIO LIBRELOTO STEFANELLO. Aberta a sessão o senhor Presidente do Conselho Norberto Anacleto Ortigara convidou a mim, Silvestre Dimas Staniszewski, na qualidade de Secretário Executivo do Conselho, para secretariar os trabalhos, tendo como assuntos: 1) ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS - Redefinição de aplicação dos recursos auferidos; 2) BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS; 3) RATIFICAÇÃO DE TARIFAS; 4) OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE. Logo após a abertura da sessão, tratando do item 1 da pauta, subitem Alienação de Imóveis, o Presidente do Conselho de Administração apresentou ao colegiado proposta para alienação de 04 (quatro) imóveis, sendo um imóvel urbano com benfeitorias, composto por um terreno sob nº 09 da Quadra 53, localizado à rua Presidente Kennedy, 632, município de Salto do Itararé, com área de 804,70m² e edificações de 69,96m² (matrícula 3.097); um imóvel urbano constituído de dois lotes, sendo um com terreno de 17.809,00m² e outro de 360,00m², sendo o segundo de terra nua e o primeiro com um barracão comercial de 3.140m², sito à rua Tupi, 6.600, no município de Pato Branco (matrículas 1266 e 1268). O Diretor de Administração e Finanças expôs que apesar do imóvel estar sendo utilizado atualmente para os negócios da Companhia, está localizada em área urbana o que traz uma série de implicações como dificuldade de trânsito de caminhões pesados e questões ambientais, exigindo assim a busca de um novo espaço menos central, sendo este o motivo para a sua alienação seja através de venda ou permuta; o terceiro imóvel refere-se ao Terminal de Calçário de Cianorte, atualmente desativado, sendo utilizado pela Cooperativa COGAMAR. É composto por um terreno de 9.7493 hectares, com edificações aproximada de 1.500m² (armazém, escritório, sanitários, balança, etc.). A CODAPAR manifesta não haver mais interesse em utilizá-lo para o seu negócio (matrícula 22.232); o quarto imóvel refere-se à Estação de Riscicultura de União da Vitória, desativada e atualmente utilizada pela Faculdade

SECRETARIA DA AGRICULTURA
E DO ABASTECIMENTO

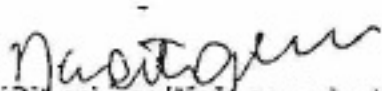
Estadual de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI. Esta situada às margens da rodovia 153, km 494, com uma área de terreno de 121.000m², com matrícula nº 6439 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição. A CODAPAR manifesta através de seu Diretor de Administração e Finanças que não é mais do propósito da Companhia voltar a operá-los. Diante das exposições feitas, o colegiado aprovou por unanimidade a autorização para a alienação, orientando para que proceda todas as providências legais necessárias. No subitem **Redefinição de Aplicação de Recursos** o Diretor de Administração e Finanças Walter Yokoyama expôs que quando das autorizações para alienação dos imóveis apresentados na 140ª e 142ª reunião do Conselho de Administração, está recomendou que os recursos auferidos fossem investidos nas estruturas que permanecerão, porém, diante do atual quadro financeiro da Companhia, especialmente em razão dos enormes passivos herdados no processo de incorporação da CLASPAR a Diretoria Executiva da CODAPAR vem solicitar ao Colegiado que aprecie a possibilidade dos recursos auferidos com a alienação dos imóveis autorizados nesta reunião, além das autorizadas na 140ª e 142ª Reunião do Conselho, sejam também utilizadas no seu reequilíbrio financeiro. Após os esclarecimentos feitos aos Conselheiros, o Senhor Presidente do Conselho Norberto Anacleto Ofigara conhecedor dessa situação financeira difícil da empresa, manifestou-se favorável à adequação sugerida, especialmente para a liquidação de passivos tributários acumulados e outros dispêndios necessários à boa gestão da empresa. Solicitou aos demais membros do colegiado a aprovação devida, o que foi aceito pelos demais conselheiros, por unanimidade. Passando ao item nº 2, que trata da **baixa patrimonial**, o Diretor de Administração e Finanças Walter Yokoyama fez os devidos esclarecimentos, informando que quanto ao subitem 1, trata-se de uma residência construída no imóvel de Gambe a qual encontrava-se parcialmente destruída, restando apenas as paredes e que estava servindo de abrigo para drogados e desocupados. Disse que o processo seguiu todos os ritos necessários, tendo a situação avaliada por Comissão devidamente designada a qual concluiu pela sua inservibilidade e inviabilidade de recuperação. Quanto ao subitem 2 informou que os bens móveis (equipamentos) encontravam em elevado grau de oxidação não permitindo a sua recuperação. A Comissão constituída elaborou termo de inservibilidade, sugerindo a venda como sucata. Diante do exposto, o Colegiado aprovou por unanimidade a baixa patrimonial. No item nº 3, que trata da **ratificação de tarifas**, foram apresentadas os reajustes tarifários regulamentados através das Resoluções de nºs 49, 50, 51 e 52, referentes aos serviços de análises laboratoriais, serviços de classificação, hora técnica para treinamentos e reciclagens em classificação, serviços de armazenagem em ambiente natural e refrigerado. O Diretor Técnico Operacional Sinval Tadeu Amaral Reis fez as exposições sobre a metodologia utilizada para composição dos valores, sendo após os esclarecimentos aprovada por unanimidade do colegiado. No item nº 4 outros assuntos de interesse, ninguém se pronunciou e como mais nada houvesse a deliberar o Presidente do Conselho de Administração agradeceu a presença de todos dando por encerrada a sessão da qual eu, Silvestre Diniz Staniszkewski, Secretário Executivo, tomei




PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO


estes apontamentos e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme vai por todos assinada. Curitiba, aos 07 dias do mês de agosto do ano de 2014 (dois mil e quatorze).


Curitiba, 07 de agosto de 2014.


NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Presidente do Conselho de
Administração


SILVESTRE DIMAS STANISZEWSKI
Secretário Executivo


DÉCIO JOSÉ ZUFFO
Conselheiro


ELIANA ABRAHÃO RAAD
Conselheira


RICHARD GOLBA
Conselheiro


EUGENIO L. STEFANELLO
Conselheiro

SECRETARIA DA AGRICULTURA
E DO ABASTECIMENTO

GS/0609/2014

Curitiba, 15 de agosto de 2014.



Senhor Secretário,

Encaminhamos o presente protocolo, registrado no Sistema e-Protocolo sob nº **13.261.581-0**, para as providências inerentes a essa Pasta.

Trata-se de Projeto de Lei, autorizando a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) alienar imóveis localizados no município de Pato Branco (fls. 52/56), relativos a uma unidade armazenadora, desativada operacionalmente a mais de 10 anos, considerada como desnecessária aos negócios da Empresa, conforme exposto nos autos.

A solicitação está amparada nas manifestações da CODAPAR (fls. 03/06, 27/33 e 100), no Parecer Jurídico/CODAPAR nº 23/2014 (fls. 46/48), Informação nº 113/2014-AJUR/SEAB (fls. 50/51) e Informação nº 087/2014-GJA/PGE (fls. 53/59).

Assim, na hipótese de parecer favorável e se entender conveniente, solicitamos o encaminhamento dos autos ao Senhor Governador.

Atenciosamente,


Norberto Anacleto Ortigara,
Secretário de Estado.

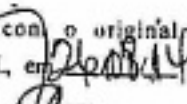
Excelentíssimo Senhor

GEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

Secretário Chefe da Casa Civil

NESTA CAPITAL

Rua dos Funcionários 1559 | 80035-050 | Curitiba | Paraná | Brasil | (41) 3313 4000 | www.agricultura.pr.gov.br

Confere com o original
CC/CTL, em 15/08/2014
Ass. 



PROTOCOLO: 13.261.581-0

INTERESSADO: Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR.

ASSUNTO: Projeto de Lei.



DESPACHO ADMINISTRATIVO N.º 2708/2014 – CTL/CC

O Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento encaminha minuta de Projeto de Lei, que tem por escopo, autorizar a CODAPAR alienar Imóveis localizados no município de Pato Branco, na modalidade de venda através de concorrência pública. Os imóveis estão matriculados sob os números 7880, 7881, 7882, 7883 e 7884, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco.


Conforme justificativa dada pela CODAPAR às fls. 05/06, para a modernização de suas estruturas atuais, faz-se necessário investimentos a qual não dispõe e *“uma das formas imediatas de injeção de recursos extras a prestação de serviços são através venda de alguns imóveis considerados inservíveis operacionalmente para a Companhia”*. Ainda esclarece que *“é dotada de autonomia administrativa e financeira e os bens imóveis adquiridos com recursos próprios são escriturados e averbados em seu próprio nome e compõe o seu ativo imobilizado”*.


As Áreas Jurídicas da CODAPAR e da SEAB se manifestaram entendendo que o presente Projeto encontra-se em condições de ser encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado – fls. 46/51. Ainda foi anexada às fls. 53/59, cópia de manifestação da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública relativa ao tema proposto.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental a Assembleia Legislativa.

Encaminhe-se.

Curitiba-PR, 19 de agosto de 2014.


Giovanni Gonçalves,
Assistente Técnico


Miguel R. Campos,
CTL/CC

Confere com o original
SEEG/CTL, 19/08/14
Ass. 

MENSAGEM
Nº 080-2014

Curitiba, 09 de setembro de 2014.



PARANÁ
LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. S. GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Em, 15 SET. 2014

1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 15/09/2014

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, a alienar, através de processo licitatório, o imóvel de sua propriedade, situado no Município de Pato Branco (terreno e edificações), com área de 3.714,90 m² de terreno e edificação de 527,62m², situados nas Ruas Itapoã e Manoel Ribas, registrados no 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis do Município através das Matrículas 7.880 a 7.884.

A presente proposta de alienação foi objeto de Avaliação Técnica por Comissão devidamente constituída, com emissão de laudo de inservibilidade respectivo, tendo a sua alienação apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração da empresa em suas reuniões de 29.01.2004 (116ª reunião), de 30.01.2013 (140ª reunião) e de 07.08.2014 (144ª reunião).

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita a anexação de cópia das principais peças do processo, tais como: laudo de inservibilidade, avaliações por corretoras credenciadas, atas do Conselho de Administração, parecer jurídico e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.261.581-0



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei (PL) n. 401/2014, de autoria do PODER EXECUTIVO que "AUTORIZA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ A ALIENAR IMÓVEL"

Relator: **Deputado PEDRO LUPION**

AUTORIZA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ A ALIENAR OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 87 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. **PARECER PELA APROVAÇÃO.**

I. Relatório:

Trata-se do Projeto de Lei (PL)nº 401/2014, de autoria do PODER EXECUTIVO, mensagem nº 80/2014 em sua origem, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná a alienar imóvel descrito no artigo 1º da proposição.

Uma vez encaminhada a esta e.Casa de Leis, e regimentalmente encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça, fora designado o Deputado que ora subscreve como o relator da matéria.

É O RELATÓRIO.

VISTA EM 16/09/14

Dep. Tadeu Venen
ECJ



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



ii. Fundamentação e voto.

Nos termos do art. 33-A¹, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP), cabe à Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre a a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural.

Em relação a iniciativa do presente PL, de se destacar que o artigo 65² da CE atribui, inclusive, ao Governador a iniciativa de Leis. No mesmo sentido dispõe o artigo 124³ do RIALEP.

No que tange ao objeto do projeto em tela, imperioso mencionar o que dispõe o artigo 10, parágrafo único da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, que trata da alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia, conforme segue:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

³ Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Ainda, a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, estabelece regras para a alienação de bens da Administração Pública, conforme segue:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

(...)

III - autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

Dispõe sobre o tema também a Lei Federal nº 8666/93, a qual versa sobre licitações:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...).

Cumpre salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na Constituição do Estado do Paraná, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Além disso, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, eis que a presente proposição não acarreta em aumento de despesas, tal que já anteriormente contempladas na legislação vigente.

Não restando, assim, qualquer inconstitucionalidade quer seja formal ou material a ser apontada no presente PL.

No que concerne a juridicidade, o PL está em perfeita harmonia considerando que: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria nele ventilada traz inovações ao ordenamento jurídico; e (iii) está em perfeita consonância com os princípios gerais do Direito.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Por todo o exposto, considerando estarem presentes todos os requisitos, aos quais competem a esta Comissão apontar para a regular tramitação da matéria **voto pela APROVAÇÃO** do presente PL.

É O VOTO.

iii. Conclusão

Em face do exposto, concluo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 401/2014, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Comissões, _____ de _____ de 2014.

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

APROVADO

07/10/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 401/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 080/14, e objetiva autorizar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, a alienar, através de processo licitatório, o imóvel de sua propriedade, situado no Município de Pato Branco (terreno e edificações), com área de 3.714,90m² de terreno e edificação de 527,62m², situados nas Ruas Itapoã e Manoel Ribas, registrados no 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis do Município, através das Matrículas 7.880 a 7.884.

Procedida à análise pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável, tendo sido devidamente aprovado por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais.

FUNDAMENTAÇÃO

A Proposição sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa-se que a proposta encontra-se justificada, na medida em que apresenta laudo de inservibilidade, avaliações por corretoras credenciadas, atas do Conselho de Administração, parecer jurídico e demais documentos necessários.

Vale ressaltar que o Projeto de Lei em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa e competência nos arts. 65, 66 e 87 inciso VI, da Constituição do Estado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

De igual modo a Constituição Estadual em seu art. 10, parágrafo único, trata da questão de alienação dos bens imóveis do Estado. Na mesma linha o art. 17 da Lei Federal nº 8666/93 (Lei de Licitações), trata da questão de alienação de imóveis.

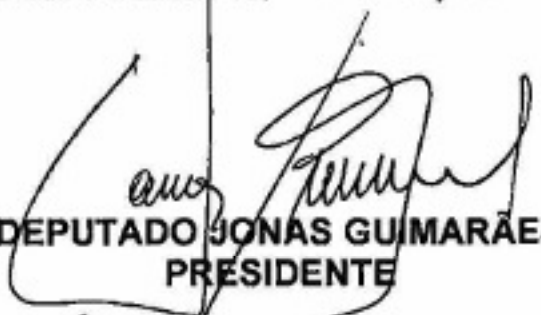
Insta observar que, a proposta em questão, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CONCLUSÃO

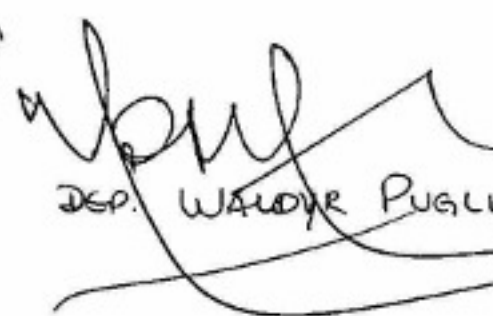
Isto Posto, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/10/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR


DEP. WLADIMIR PUGLIESI


DEP. ENNIO RUSCH